



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA  
SECRETARIA NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA  
DEPARTAMENTO DE APOIO AO CONSELHO NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA  
E AO COMITÊ INTERMINISTERIAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA

**MEMÓRIA DE REUNIÃO**

**Grupo Técnico de Natureza Temporária com o objetivo de elaborar proposta de regulamentação e implementação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões - SBCE (GTT/SBCE).**

**10ª REUNIÃO**

**Data:** 25 de junho de 2023 - das 9h às 11h.

**Local:** Ministério da Fazenda, Bloco P, sala R1 e R2, 3º andar.

**Membros presentes:**

Órgão/ Entidade/ Instituição	Representante	Cargo
Ministério do Meio Ambiente	Aloisio Lopes Pereira Melo (Titular)	Diretor
	Thiago Longo Menezes (Suplente)	Diretor Interino
Ministério da Fazenda	Cristina Fróes de Borja Reis (Titular)	Subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável da Secretaria de Política Econômica
	José Pedro Bastos Neves (Suplente)	Coordenador-Geral de Estrutura Produtiva e Sustentável da Secretaria de Política Econômica
Presidência da República - Casa Civil	Diogo Victor Santos (Titular)	Assessor Técnico na Secretaria Adjunta IV da Secretaria Especial de Análise Governamental
Ministério da Agricultura e Pecuária	Adriano Santhiago de Oliveira (Titular)	Coordenador-Geral de Mudanças Climáticas, Florestas Plantadas e Agropecuária Conservacionista
	Luis Eduardo Pacifici Rangel (Suplente)	Auditor Fiscal Federal Agropecuário - CGMC/DEPROS/SDI-MAPA
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Antônio Marcos Mendonça (Titular)	Coordenador de Mudanças Ambientais Globais

<b>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</b>	Allan Razera (Titular)	Coordenador-Geral de Gestão do Conhecimento e Informações
<b>Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços</b>	Paulo Coelho Ávila (Suplente)	Analista de Infraestrutura
<b>Ministério de Minas e Energia</b>	Leandro de Oliveira Albuquerque (Titular)	Assessor Especial
<b>Ministério do Planejamento e Orçamento</b>	Luciana Machado Teixeira Fabel (Suplente)	MPO-SEPLAN-SAES
<b>Ministério de Povos Indígenas</b>	Maike Torres de Sá (Suplente)	Coordenador de Gestão Ambiental para Justiça Climática - CAJUC
<b>Ministério das Relações Exteriores</b>	Bruno Carvalho Arruda (Titular)	Subchefe da Divisão de Ação Climática/MRE
<b>Ministério dos Transportes</b>	George Yun (Titular)	Coordenador-Geral
<b>Secretaria-Geral da Presidência da República</b>	Fátima Cleide Rodrigues da Silva (Suplente)	Coordenadora de Projeto - ASPAR/SG/PR
<b>AGU</b>	Mariana Barbosa Cirne (Titular)	Procuradora-Chefe da Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e Meio Ambiente

**Convidados presentes:**

<b>Órgão/ Entidade/ Instituição</b>	<b>Representante</b>	<b>Cargo</b>
<b>DCOL/SMC/MMA</b>	Thaynara K. E. Pereira	Analista Ambiental
<b>PRONACLIMA/AGU</b>	Micheline Neiva	
<b>SAM/CC</b>	Rafael Martins Dias	
<b>SUST/MT</b>	Thiago Olante Casagrande	
<b>MDIC</b>	Demetrio Florentino de Toledo Filho	
<b>MAPA</b>	Marcelo Fernandes Guimarães	Coordenador-Geral de Suporte Econômico
<b>World Bank</b>	Guido Couto Penido	Consultor
<b>SMC/MMA</b>	Klenize Chagas Faveiro	
<b>Adelphi</b>	Stephanie La Hoz Theuer	
<b>Adelphi</b>	Lewis Steven	

<b>LACLIMA</b>	Juliana Marcussi	Consultora Sênior
<b>UERJ</b>	Ronaldo Seroa da Motta	Professor de Economia do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
<b>DCOL/SMC/MMA</b>	Ana Paula Cunha Cavalcante	Diretora

## **PAUTA:**

### **1 – Abertura dos trabalhos do GTT SBCE**

Foi verificado o quórum e identificados os membros participantes.

A coordenação do Grupo Técnico Temporário iniciou a reunião apresentando a pauta a ser discutida:

- Apresentação do *overview* do *Roadmap* para implementação do SBCE elaborado pela Adelphi Consultoria;
- Debates sobre o órgão gestor;
- Encaminhamentos para a reunião do CIM.

### **2 – Roadmap I**

A apresentação foi iniciada com a apresentação do objetivo geral do *roadmap*, que contempla os passos para implementação do SBCE, incluindo 21 etapas com os pontos mais relevantes. A estrutura foi dividida em 4 áreas temáticas: *Design*, escopo e ambições (com 5 blocos), *compliance* (com 4 blocos), alocação e transações (com 8 blocos) e governança e envolvimento dos *stakeholders* (com 4 blocos).

As principais mensagens do relatório tratam das decisões políticas que precisam ser tomadas com urgência para viabilizar a implementação do SBCE, com destaque para definição das ambições e escopo do sistema, da avaliação sobre a possibilidade de implementação gradual dos setores e da sugestão acerca da possibilidade de um arranjo interino para o órgão gestor, além da apresentação um calendário de implementação contemplando as principais etapas.

Foram endereçadas perguntas sobre qual seria a recomendação para o momento de tomada de decisão sobre o escopo, considerando os estudos analíticos que estão em curso e a ausência de definição do órgão gestor no momento, foi respondido que o ponto chave é a definição do tomador de decisão, com priorização para as decisões regulatórias para que os demais arranjos possam ser feitos em paralelo, e é importante levar em conta também a definição do caminho crítico e da quantificação do número de metodologias viáveis considerando o prazo de implementação de 24 meses.

Foi pontuado que a definição de escopo e dos setores contemplados inicialmente impacta na complexidade da governança, destacou-se que se a decisão for conduzir uma implementação gradual o processo pode ser simplificado, e que um arranjo interino poderia funcionar se um escopo mais restrito e limitado a setores com dinâmica de relato e MRV consolidados fosse estabelecido, mas que para rodar o sistema com um escopo mais amplo a definição do órgão gestor é crucial.

Foi questionado sobre a definição dos setores e variáveis a serem consideradas para uma implementação gradual e se há recomendações de metodologias para auxiliar essa tomada de decisão, foi respondido que para a escolha dos setores é necessário avaliar se os setores possuem boa capacidade de estabelecer MRV, alto potencial de mitigação, capacitação e número de participantes, clareza quanto aos agentes e o momento de entrada no sistema, então foi comentado que seriam realizados ajustes para acrescentar os critérios ao *roadmap*.

Foi comentado que é importante considerar uma diversidade de entidades para criar um mercado de emissões, portanto é necessário promover um mix de setores e estabelecer um % de créditos admitidos dentro do mercado. Além disso, o SBCE é apenas um dos instrumentos de precificação de carbono, podendo não ser o único. Também é importante conhecer a trajetória de descarbonização do país para definir o papel do SBCE na política climática.

Foi abordado que mesmo sem a definição do órgão gestor o escopo e as contribuições do SBCE para as metas climáticas deveriam avançar, embora algumas outras pautas devessem aguardar essa definição. Assim, o governo deve avançar nessa definição pois a atuação do GT é limitada.

### **3 - Informe sobre o andamento do PL**

Foi comentado sobre a estacionalidade do PL, que está aguardando o presidente do senado, Sr. Rodrigo Pacheco designar a senadora Leila como relatora, destacando que os posicionamentos do executivo foram endereçados e que há sinalização que as bandeiras vermelhas foram respeitadas.

#### **4 - Preparação para reunião do CIM**

Foi apresentada a pauta da reunião do CIM, que consiste na deliberação do novo regimento interno e informes dos GTs. Então, foi compartilhada a apresentação proposta para o informe do GT SBCE, incluindo os avanços do GT e temas abordados, o panorama de cooperações técnicas, o cronograma de implementação, a descrição do registro e a recomendação sobre o órgão gestor ser instituído.

Foi pontuado que a estrutura deve contemplar unidades que garantam a independência da fiscalização.

Foram levantados alguns pontos relacionados ao tempo de apresentação e sobre a necessidade pautar na reunião do CIM sobre a prorrogação do GT.

Foi questionada a apresentação do órgão gestor na forma de recomendação do GT ou como uma pauta em discussão ainda, foi afirmado ainda que algumas pessoas alegaram não saber que a recomendação de órgão gestor já seria realizada e não apresentado na forma de uma das possibilidades disponíveis.

Foi informado que a recomendação é final do ponto de vista técnico, mas se limita a um informe e não uma pauta de deliberação e que foram conduzidas discussões extensas sobre a composição e a forma do órgão gestor e que a recomendação provém de uma discussão madura, sendo a recomendação do GT dentre as possibilidades avaliadas.

Foi comentado que a questão levantada se relaciona a percepção de que é necessário no escopo do CIM uma instância intermediária para recepcionar e deliberar sobre alguns temas, dentre eles a definição do órgão gestor, e que com a aprovação do novo regulamento essa estrutura foi contemplada pelo subcomitê executivo. Então, foi ponderado que é necessário endereçar se há oposição a recomendação da estrutura do órgão gestor, mas que no contexto de informes é importante apresentar a recomendação.

Foi comentado que independente da recomendação é necessário encaminhar a questão com urgência pois o processo legislativo para viabilizar a instituição do órgão gestor pode ser longo.

Resumindo as divergências de opiniões, foi endereçado que são necessárias revisões na nota técnica que apresenta a solução, mas é necessário aproveitar a janela de oportunidade da reunião do CIM para apresentar a recomendação de criação de um órgão centralizado, além de ser mencionado que a indicação final no âmbito do GT já foi encerrada e que deveria ser feito encaminhamento da questão para processos decisórios.

## **5 – Informes Gerais, conclusão e próximos passos**

Foram apresentados os tópicos a serem discutidos na próxima reunião, sendo a segunda parte da apresentação do *Roadmap* e o ITMO's e se deu por encerrada a reunião.